

O LUGAR DA PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ALUNOS NA GESTÃO ESCOLAR

Antonio Serafim Pereira – Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC/BRAIL
Fone: 48-34312727; asp@unesc.net

Situando o estudo

O presente trabalho é originário de um projeto de pesquisa maior intitulado “Perspectivas de gestão democrática na rede municipal de ensino do Extremo Sul Catarinense”¹, em processo de conclusão, desenvolvido pelo FORGESB – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Gestão na Educação Básica, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGE, Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma/Santa Catarina/Brasil. Especificamente, busca descrever, comparando, o lugar da participação de alunos e pais na gestão das escolas (Ensino Fundamental) pertencentes aos dois sistemas municipais de educação pesquisados, aqui identificados como A e B²

Inicialmente, discutimos a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar (RE) das três maiores escolas pesquisadas em cada sistema de ensino, concernente à participação de alunos e pais (análise documental). Posteriormente, passamos à descrição/interpretação das falas desses atores (entrevistas semiestruturadas) sobre suas participações na gestão escolar, no confronto com os dados obtidos no PPP e RE das escolas. Cabe ressaltar, que em cada escola entrevistamos nove alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (7º, 8º e 9º anos), totalizando 27 estudantes em cada sistema de ensino considerado. De igual maneira, previmos entrevistar nove pais por escola considerada em cada sistema de ensino, entretanto, no caso do sistema de ensino B, conseguimos entrevistar apenas 19 pais, tendo em vista a

¹ Para o projeto mencionado e, por conseguinte, para o presente trabalho, consideramos extremo sul catarinense as duas microrregiões de abrangência da UNESC: AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense) e AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) do Estado de Santa Catarina, Brasil.

² A identificação dos sistemas municipais de ensino por este modo deve-se ao acordo firmado entre FORGESB e gestores das secretarias de educação, no que diz respeito ao resguardo de privacidade de ambos os sistemas pesquisados.

dificuldade de conciliação da disponibilidade de tempo de pesquisadores e pais.

Na análise documental do PPP e RE, nos centramos na identificação do termo participação e significações a ele condizentes/relacionadas, pondo em relevo as que diziam respeito, particularmente, a alunos e pais. Os dados obtidos nesses documentos ofereceram subsídios para a composição do roteiro da entrevista de aprofundamento com os alunos e pais, cujos dados confrontados com os obtidos no PPP e RE permitiram ampliar e aprofundar nossa interpretação acerca da participação desses atores sociais na gestão escolar. Importa salientar, que os dados oriundos do PPP/RE e das entrevistas passaram por análise de conteúdo (BARDIN, 1988).

Participação: perspectivas e mecanismos

No contexto histórico da humanidade, muito se tem falado de participação, especialmente nos contextos escolares. Segundo Bordenave (1986, p. 22), participar constitui-se necessidade humana de “fazer parte, tomar ou ter parte” no processo das relações sociais nas quais as pessoas se inserem. São esses elementos que darão o tom e a intensidade da participação, visto que, conforme o autor, se pode fazer parte de um grupo, instituição ou comunidade, mas não tomar parte das discussões e decisões das questões importantes que a esses contextos dizem respeito. Isso nos reporta à ideia de que a participação pode variar de acordo com o engajamento de seus atores sociais: ser passiva ou ativa; de baixa ou de alta intensidade. Nesse sentido, o como se toma parte assume maior relevância que o quanto se toma parte.

Para Demo (1996, p. 18), a participação é “processo, no sentido legítimo do termo; infundável, em constante vir a ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual”. Assim sendo, a participação aprofunda e intensifica a democracia, enquanto

força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e seus resultados. Esse poder é resultante da competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas. (LÜCK, 2010, p. 21).

O processo participativo alarga, por conseguinte, o entendimento da política social, a começar pelo reconhecimento de que nem toda política social é pública, isto é, pode estar atrelada a interesses privados. Do mesmo modo a participação pode ser usada

facilmente como instrumento de manipulação populista. Na verdade, no contexto capitalista em que se vive, “por tendência histórica, primeiro encontramos a dominação, e depois, se conquistada, a participação”. (DEMO, 1996, p. 19).

No setor educacional em especial, por tratar-se de política de Estado, é primordial reconhecermos de que participação se fala e quais suas implicações para o processo de gestão democrática, que garanta aos cidadãos o direito a uma educação de qualidade. A propósito, questionar se estamos diante de uma gestão democrática liberal ou participativa é providencial.

Para Santos e Avritzer (2002), a democracia liberal, como fundamento da gestão, contrapõe-se à democracia participativa por considerar procedimentos e instrumentos que enfraquecem a soberania popular, como: a imposição de regras, o papel da burocracia no controle das relações sociais e a representação como única forma de participação.

Nessa visão de democracia liberal, a relação entre sociedade civil e Estado é um jogo, ou seja, é uma relação de contrato colaborativo, como afirma Silva (2010). Nesse caso, o Estado concede autonomia às pessoas para pensar e fazer escolhas, desde que no âmbito das definições e resultados por ele esperados, transferindo e/ou eximindo-se, dessa maneira, de obrigações que lhe são inerentes. Daí, as práticas de gestão compartilhada, de raiz colaborativa, sustentada pela política do voluntariado, a que o Estado tem recorrido de forma intensiva na atualidade. (MELO, 2004).

O que se evidencia nessa perspectiva é o predomínio da subjetividade coletiva do Estado como centralizador em detrimento da subjetividade de cidadãos autônomos e livres. Isso demonstra que a democracia praticada neste modelo é insuficiente, porque o caráter participativo se mantém no plano discursivo. Para Marques (2008), é necessário criar a cultura da participação, que pressupõe o aprendizado e a construção coletiva da democracia participativa, que tem na participação direta ou no seu equilíbrio com a representação, a estratégia básica de discussão e tomada de decisão das questões de interesse coletivo, especialmente no que diz respeito à educação escolar enquanto direito público e social.

Nessa direção, a participação é um processo de conquista que se fortalece na medida em que se garanta a participação de todos. No caso da escola, os agentes sociais, entre os quais os alunos e pais, podem exercer sua cidadania mediante a construção da autonomia do saber e do poder, em prol de um projeto que caminhe na contracorrente do ensino informativo, fragmentário e reprodutor.

Para se entender a relevância da participação na gestão escolar é preciso ter-se em conta que a escola, entre outras demandas, precisa constituir-se em espaço de participação autônoma, como destaca Leles (2007), que reconheça o direito das pessoas de participar e se organizar, coletivamente, livres de tutela ou ingerências, que limitam suas discussões e cerceiam suas iniciativas e decisões.

A participação pensada como exercício da democracia e aprendizagem para a autonomia pode se potencializar na medida em que o PPP/RE, o Conselho Escolar (CE) e o Conselho de Classe (CC) se constituírem em mecanismos de democracia participativa para pais e alunos. Do mesmo modo, o Grêmio Estudantil (GE) para os alunos e a Associação de Pais e Professores (APP) para os pais.

O PPP e o RE, que expressam, respectivamente, a proposta pedagógica e a dinâmica das relações sociais no contexto escolar constituem, nos termos do Artigo 44 da Resolução 04/2010, instâncias “de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social”. (BRASIL, 2010). A garantia da elaboração coletiva desses documentos possibilitará que escolas e seus agentes sociais, na abertura que lhes faculta o legal e o prescrito, discutam, proponham e tomem decisões acerca das questões que dizem respeito à educação escolar como direito civil e social.

O Conselho Escolar constituir-se-á em canal de participação efetiva dos agentes sociais da escola – pais e alunos estão nele representados – se equilibrar a democracia representativa e a democracia direta na análise, discussão e aprovação das questões que se referem à parte administrativa, financeira e pedagógica da escola, visando garantir a função social da instituição escolar em consonância com o seu PPP. (SANTA CATARINA, 2008). Isto é, se o CE configurar-se como “instrumento de tradução dos anseios da comunidade, não de legitimação da voz da direção e se “falar ao governo (da escola) em nome da comunidade (escolar e local), desde os diferentes pontos de vista” (BRASIL, 2004, p. 37), representando a diversidade e a pluralidade das vozes da comunidade a que se refere.

Do mesmo modo, o Conselho de Classe configurar-se-á em espaço de participação de alta intensidade, se reunir professores, pais e alunos na discussão e reflexão em torno do ensino e da avaliação da aprendizagem, com vistas a reorientar a ação pedagógica, conforme os propósitos do PPP. (LORENZONI; REMPEL; CARGNIN, *et al*, 2009).

Igualmente, o Grêmio Estudantil, se constituído pela mobilização e organização autônoma dos alunos, terá força para reivindicar a participação ativa deste segmento na elaboração, execução, (re)avaliação e (re)construção do PPP, configurando-se como estratégia de desenvolvimento da consciência crítica e espaço de cidadania democrática. (SANTA CATARINA, 2008).

Por fim, a Associação de Pais e Professores, cuja constituição se justifica na medida em que seus integrantes a tenham como estratégia coletiva para analisar, discutir e tomar decisões sobre questões políticas e pedagógicas da escola. (SANTA CATARINA, 2008). Não pode, portanto, constituir-se em mecanismo de representação de pais e professores a serviço da direção escolar ou do poder que representa (público ou privado).

Tendo esses canais à sua disposição para a prática da democracia participativa, aliado a aulas e ensino democráticos, alunos e pais, em especial, terão maiores chances de experimentar e produzir seu processo de emancipação. (SANTOS; AVRITZER, 2002).

A participação expressa no PPP e RE

A participação dos agentes sociais no processo de gestão expressa no PPP/RE das escolas pesquisadas nos dois sistemas municipais de ensino merece destaque em vista das contradições constatadas entre o proposto nesses documentos e o que nos revelaram, em particular, pais e alunos.

De início, podemos realçar que os documentos das escolas (PPP e RE), nos dois contextos analisados, contemplam a participação de alunos e pais, seja de forma direta ou representativa, correspondendo ao sentido de democracia participativa que defendemos. A visão de participação de alunos e pais expressa nas entrevistas, no entanto, se restringe, na maioria das vezes, ao caráter informativo, não se traduzindo em discussão e tomada de decisões coletivas de situações que envolvem a proposta político-pedagógica da escola e o serviço educacional oferecido, como veremos mais adiante.

Cabe enfatizar, que antes de pais e alunos, os professores das escolas denunciaram que a prática da participação, no processo de elaboração dos documentos mencionados, não se efetiva, demonstrado no desconhecimento de seus conteúdos, indicando a “elaboração cartorial dos mesmos, que prescindem de suas participações e,

por conseguinte, os dispensam dos seus processos de elaboração e avaliação”. (PEREIRA, 2014, p. 10).

No PPP/RE das escolas pesquisadas o tema participação dos atores sociais na gestão escolar se evidencia, seja a participação direta, por meio de assembleias, ou de forma indireta por representação (na APP, no caso dos pais), especialmente, no que concerne à elaboração desses documentos, como sintetiza o PPP de uma das escolas pesquisadas: “O projeto Político-Pedagógico é um trabalho elaborado pelo corpo docente e discente, pais e APP, que reúne todo o histórico da comunidade escolar” (p. 04). Assim posto, PPP e RE das escolas reafirmam o que preconiza a Resolução 4/2010 (BRASIL, 2010, p. 1) de que estes dispositivos devem ser um dos meios de viabilizar a escola democrática. (FONSÊCA; PEREIRA, 2014; FERREIRA; PEREIRA, 2014)

Importa salientar, que a APP aparece citada no PPP/RE das escolas mais como mecanismo de articulação/integração/promoção escola-família-comunidade. Em outro trabalho, problematizamos esta referência em vista do ranço deixado pelo texto e vivência da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), vigente no regime militar (1964-1984), que nos instigou

a perguntar como essa articulação se configura na prática das escolas? Restringe-se à participação de pais/responsáveis em eventos comemorativos, festas de confraternização, comparecimento a reuniões informativas, colaboração financeira, entre outros acontecimentos do gênero. (FONSÊCA; PEREIRA, 2014).

Por outro lado, o CE, como canal de participação na gestão escolar, não aparece mencionado nos documentos das escolas pesquisadas nos dois sistemas municipais de ensino em apreço, inclusive o Grêmio Estudantil. A menção do CC no PPP/RE das escolas, enquanto espaço de participação de pais e alunos, aparece, sem, no entanto, esclarecer o teor de suas participações, isto é, se tomarão parte dele e como ou se, apenas farão parte desse coletivo. (BORDENAVE, 1986).

A visão dos pais sobre a participação na gestão escolar

Por meio das entrevistas foi possível apreender, a visão de participação dos pais na gestão escolar referente à frequência/situações com que vêm à escola e conhecimento/inserção na APP, no PPP/RE, CE e CC.

Os pais dos dois contextos investigados, na sua maioria, argumentam que se

dirigem à escola por vontade própria, mais no sentido de levar ou buscar os filhos. Reuniões/assembleias, datas comemorativas ou eventos festivos; pedido da direção ou professor; problema com o filho (indisciplina/nota); matrícula ou dúvida sobre a escola, também foram citados como motivos que os levam a se dirigir à escola. Como se percebe, tais situações produzem o que se poderia chamar de participação passiva, que mantém seus participantes no nível do fazer parte (BORDENAVE, 1986), exceção que poderia ser atribuída a reuniões/assembleias, participação no Conselho de Classe e Associação de Pais e Mestres, se tais espaços se constituíssem em possibilidades de discussão e tomada coletiva de decisões nos quais os pais tivessem vez e voz ativas, o que não se efetiva, segundo os pais. (FONSÊCA: PEREIRA, 2014).

A APP está no conhecimento dos pesquisados, em nível bastante considerável. Entretanto, sua função como entidade, que reúne pais e professores, é também, consideravelmente, desconhecida. Os poucos, que se manifestaram a respeito, atribuíram à entidade a responsabilidade de administrar o dinheiro arrecadado, acompanhar o trabalho da escola ou promover a integração e comunicação entre pais e professores. (FONSÊCA: PEREIRA, 2014). Poder-se-ia dizer que as atribuições apontadas, de certo modo, potencializam a APP como espaço democrático para o controle dos serviços públicos, no caso o serviço educacional prestado pela escola, por parte da sociedade civil. Tendo por base que os pais (parte significativa) afirmam não ter participação efetiva na APP, questionamos se tais atribuições se efetivam no cotidiano escolar, porque historicamente essa associação tem servido de expediente para o *referendum* de práticas de gestão escolar tutelada e/ou centralizada.

Pelos indicativos que temos, é possível inferir que a APP é uma entidade enfraquecida no contexto das escolas pesquisadas no que tange à participação dos pais, que, com os professores, poderiam fiscalizar a gestão financeira e pedagógica da escola, utilizando-se do “direito de vez e voz nas deliberações” (SANTA CATARINA, 2008, p.1), que transcende à mera integração.

O CE aparece ausente no PPP/RE das escolas pesquisadas. Acreditamos que pela sua nomenclatura aproximada, os pais o confundem com o CC, quando dizem que dele não participam, por não serem convidados ou informados sobre suas atividades/reuniões.

Em todas as escolas pesquisadas, o Conselho de Classe consta no PPP, mencionando a participação dos pais, o que não se confirma na fala de boa parte deles.

Apesar de não ter a participação assegurada nessa instância, historicamente, instituída na escola, os pais sabem de seu objetivo básico: avaliar a aprendizagem do aluno.

Acerca do PPP e RE, obtivemos da maioria dos pais a informação de que não ouviram falar destes documentos. Dos que deles têm alguma informação, disseram não ter participado das suas elaborações. Conforme um dos pais, a elaboração fica a cargo da administração da escola. Ou como diz outro pai, “é feito pelos professores, organizado por eles, depois na assembleia é passado o PPP para os pais, as normas, funções, mas os pais participar, não.” Tais revelações divergem do disposto na Resolução 04/2010 de que estes documentos devem constituir-se instâncias de construção coletiva, que acolhe a diversidade dos sujeitos com direito à participação social. (BRASIL, 2010).

Em síntese, pelo descrito, a participação na gestão escolar, expressa pelos pais nas entrevistas, está adstrita a trazer os filhos para a escola ou buscá-los. Além disso, de serem chamados, de forma esporádica, a comparecer na unidade escolar, não se traduzindo em discussão e tomada de decisões coletivas em situações que envolvem o trabalho e a proposta da escola. Este fato é reafirmado pela ausência de participação dos pais/responsáveis na elaboração do PPP e do RE.

A participação dos pais, expressa nos documentos (PPP/RE), contrapõe-se ao discurso dos entrevistados, que nos revelou a baixa intensidade de participação desses atores no contexto escolar, permitindo nos perguntar: a participação dos pais realmente existe na prática das escolas pesquisadas? Com que intensidade? As instituições possibilitam espaços/estratégias para que essa participação de fato exista?

Pelos dados de que dispomos, nos contextos escolares investigados, os pais se ressentem de informações no que diz respeito ao PPP e ao RE, posto que a grande maioria dos pesquisados não conseguiu tecer comentários atinentes a estes dispositivos. Evidentemente, que por não termos acompanhado a dinâmica da gestão das escolas, não podemos tecer considerações sobre os condicionantes ideológicos, institucionais, e econômico/culturais (PARO, 1995), internos e externos, que respondem pela frágil participação dos pais na gestão das escolas pesquisadas, conforme descrevemos anteriormente.

Vale ressaltar, que os pais durante as entrevistas demonstraram seu ressentimento pela fraca participação na escola. Tomaram a pesquisa por nós realizada como espaço para expressar suas insatisfações e desejo de participar da vida da escola com maior intensidade. Enfim, percebemos que, na maioria dos pais/responsáveis,

persiste a vontade de fazer parte da escola. Talvez, falte à escola ampliar os canais de comunicação com os pais, articulando-se mais com as famílias, por meio de estratégias e processos de participação efetiva em que todos aprendam, posto que não se nasce sabendo participar. Participação se aprende, participando.

A percepção dos alunos sobre a participação na gestão da escola

Também, por meio de entrevistas, buscou-se identificar a percepção dos alunos no que diz respeito à participação na gestão escolar. Suas falas foram analisadas, tendo por base as seguintes categorias, expressas nas questões contidas no roteiro das referidas entrevistas: Relação direção-aluno; Relação professor-aluno; Grêmios Estudantis; Conselho Escolar; Conselho de Classe; Normas da escola; Participação dos alunos na escola/discussões e Visão do aluno sobre sua participação na escola.

Segundo os discentes, a relação direção-aluno é mais centrada na preocupação com a disciplina e menos no processo dialógico. Pela descrição que nos ofereceram, percebemos que a relação direção-aluno tende a não favorecer a que os alunos exercitem a organização coletiva, conforme defende Demo (2001), a fim de conquistar seu espaço de participação na escola, tendo vez e voz nas discussões e tomada de decisão nas questões que lhes dizem respeito.

A relação professor-aluno é tida, em parte, como boa, ganhando destaque, neste conceito, as aulas mescladas com brincadeira. Conforme os discentes, a relação é amigável, baseada nas brincadeiras, que tornam as aulas mais leves. A relação amparada na discussão e diálogo no processo de ensino (atividades propostas e conhecimento) aparece pouco mencionada.

Sobre o Grêmios estudantis, como canal de participação dos alunos, a maioria deles diz que esta entidade de representação estudantil não existe na escola ou não sabe o que é. Poucos alunos indicaram o fato de a escola tomar a iniciativa de implantação do Grêmios Estudantis, que não se consumou como fato concreto no contexto escolar. Os alunos perdem, assim, a oportunidade de contar com uma instância, por excelência, de representação, formação política e vivência da participação. Por este espaço, poderiam discutir suas necessidades e encaminhar coletivamente suas reivindicações, além de participar na elaboração, execução, avaliação e reelaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Quanto ao Conselho Escolar, boa parte dos alunos entrevistados não sabe o que é e não sabe da sua existência na escola. Não conhecer e não saber da sua existência significa que os alunos não dispõem de mais este canal do qual poderiam participar na análise, discussão e aprovação das questões administrativas, financeiras e pedagógicas no âmbito da educação escolar. Poderiam, por este meio, participar nas decisões coletivas, que visam garantir o compromisso da escola com a sua função social em consonância com o seu PPP.

O Conselho de Classe é outro ponto deficiente em termos da participação dos alunos nas escolas pesquisadas. Na percepção da maioria dos estudantes, eles não participam ou participam apenas quando apresentam problemas na aprendizagem e notas.

Para Bordenave (1986), a verdadeira democracia baseada na participação ocorre quando os cidadãos realizam estas três ações: fazer, tomar e ter parte. No caso das escolas pesquisadas, os alunos são parte e fazem parte da instituição, no momento em que nela se matriculam e passam a integrar uma de suas turmas. No entanto, por suas falas, não “têm parte” e nem “tomam parte”, pois mesmo quando o assunto diz respeito a eles próprios, não são chamados a participar. Ou seja, os estudantes são parte da instituição, mas não exercem o direito de ser ouvidos, de opinar/escutar, sugerir e decidir coletivamente.

No tocante às normas da escola, de acordo com os depoimentos dos alunos, elas são determinadas pela direção da escola. As outras poucas menções referem-se à ajuda dos alunos na elaboração das regras da sala e colaboração no seu cumprimento. Essas indicações revelam que os discentes estão apenas para cumprir as regras, característica principal da participação tutelada. Conforme Leles (2007), a participação tutelada é aquela em que os alunos estão condicionados às regras que são determinadas pela escola.

Por último, na categoria participação dos alunos na escola/discussões, as indicações dividem-se entre a não participação deles nas discussões e a participação em casos de: indisciplina e dificuldade no rendimento escolar; avaliação das aulas e professores; eleição de professor regente e escolha da atividade a ser realizada em sala de aula.

Deste modo, pelos dados que se tem, podemos afirmar que, nas escolas pesquisadas, a participação dos alunos nas discussões pode não ser uma prática sistemática, muito menos política, pelas enunciações destacadas acima. Isto é, as escolas

não oportunizam a prática democrática da participação. Assim, o aluno pode estar perdendo a oportunidade de aprender a participar e intervir de maneira autônoma na tomada de decisões sobre questões consoantes aos seus próprios direitos e destino.

Em suma, no PPP/RE das escolas pesquisadas nos dois contextos municipais de ensino em questão, encontramos referências sobre a participação do aluno no processo de gestão escolar, no que concerne à tomada de decisões. Além do mais, o texto desses documentos expressa que as escolas têm como missão a formação de alunos conscientes, críticos e participativos.

É nesse ponto que reside a primeira contradição entre PPP/RE e a fala dos alunos, uma vez que estes, em grande número, apontam que não há momentos de debate/discussão na escola. Segundo os estudantes, a participação vivenciada por eles está vinculada, mais centralmente, à indisciplina ou quando não estão bem nas notas.

O Grêmio Estudantil é outro ponto silenciado no PPP/RE das escolas. Considerando as falas dos alunos, se pode dizer que a mobilização dos estudantes para a aprendizagem e prática sobre política estudantil pode não acontecer nos contextos escolares considerados.

O Conselho Escolar, por sua vez, não obteve menção em nenhum PPP das escolas. Isso vai reafirmar as falas dos alunos entrevistados, ao dizerem que não sabem da sua existência, nem do que se trata. Nesse caso, alunos e pais, estão alijados dessa experiência e suas contradições democráticas pela inexistência desse canal de participação no contexto das unidades escolares.

Sobre o Conselho de Classe apenas o PPP de uma das escolas do sistema municipal de ensino B o mencionou como sendo participativo, apresentando-o como ação. Os alunos da escola a que nos referimos, no entanto, afirmaram não existir participação dos alunos no Conselho de Classe ou quando há, restringe-se aos alunos que apresentam baixo rendimento escolar.

Por fim, no que diz respeito às normas escolares, o PPP/RE de duas escolas mencionam a participação do aluno na sua elaboração. No entanto, se voltarmos aos depoimentos dos alunos, veremos que há contradição nesse aspecto, posto que quase todos afirmaram que as normas são determinadas pela equipe gestora das escolas. (FERREIRA: PEREIRA, 2014).

Participação dos pais e alunos na gestão escolar: o reflexo da política educacional nos sistemas de ensino pesquisados

O estudo que empreendemos, nos sistemas municipais de educação do extremo sul catarinense, revelou, pelos documentos analisados, que suas políticas de gestão educacional se situam na perspectiva democrática.

Em específico, o sistema de ensino do município A revela tendência à gestão democrática liberal, competindo com normatizações centralizadoras bastante marcantes. Isso significa que o expediente do procedimento/forma, o caráter burocrático e a prática da representação, que caracterizam a gestão democrática liberal, se entremeiam com regulações centralizadoras. As indicações que inferimos como de orientação democrática participativa apareceram nos documentos muito timidamente pelo baixo índice de entradas dos sentidos correspondentes a esta perspectiva de gestão. (PEREIRA; SERAFIN; CANCELLIER, 2012).

O discurso das gestoras da secretaria A, expresso nas entrevistas, confirma o que revelam os documentos. A perspectiva democrática liberal se evidencia no dizer da coordenadora da Educação Infantil: “A gente deixa eles livres; não direciona trabalho; não impõe nada com severidade; trabalha junto, faz reuniões...”. Também está presente no comentário da secretária de educação, quando se refere à necessidade de estar presente nas escolas: “...eu sei que preciso ir pra resolver problemas”. O caráter de tutela e assessoria enfraquece o caráter participativo da gestão, visto que se traduz como procedimento e forma, característicos da gestão liberal, na concepção de Santos e Avritzer (2002).

No PPP e RE das escolas desse sistema de ensino (A), no entanto, as indicações para a gestão democrática a põem numa posição avantajada em relação à gestão centralizada, distribuída entre a perspectiva democrática participativa mais pontuada no RE e a liberal em destaque no PPP. Resultado que nos autorizaria afirmar que, da esfera do sistema municipal de ensino para o âmbito das escolas, poder-se-ia esperar avanços participativos no que se refere à democratização da educação nos contextos escolares considerados.

Entretanto, os professores e gestores das escolas pesquisadas, em sua maioria, expressaram em seus discursos uma visão mais próxima da democracia liberal, enfraquecida e fragilizada pela descontinuidade do exercício e experiências democráticas no contexto das escolas, expressa, entre outras práticas e ações, na

elaboração do PPP e RE, encaminhada utilizando-se de estratégias mais centralizadoras e prescritivas. Além disso, nos revelaram que a gestão das escolas sofre a intromissão político-partidária no seu contexto imediato e no âmbito da administração central. Dessa maneira, a ideia que se poderia formular sobre possíveis avanços democráticos desde a escola, tendo por base seus documentos fundamentais, o PPP e o RE, pelo que apreendemos e compreendemos das falas dos professores e gestores escolares, na prática, podem não se concretizar. (FONSÊCA; PEREIRA, 2013).

Diferentemente do município A, nos documentos da secretaria de educação do sistema de ensino municipal B a gestão democrática, mantendo certo equilíbrio entre a perspectiva liberal e participativa, preponderou sobre a perspectiva de gestão centralizada.

Entre os indicativos de gestão democrática participativa, nos documentos, apontamos: participação da comunidade escolar nas decisões; respeito e valorização dos processos de eleição de diretores das escolas. Relativos à gestão liberal mencionamos: assessoria externa para a sintetização dos dados e elaboração do projeto político pedagógico/proposta curricular da rede de ensino; representantes para discutir a construção do regimento escolar; comissão com representantes para estudo e pesquisa sobre avaliação, entre outros.

A convivência mais ou menos equilibrada entre gestão democrática liberal e participativa, no entanto, não se confirmou nas entrevistas com as representantes da equipe gestora da secretaria de educação B, que em seus comentários expressam sentidos mais condizentes com a perspectiva liberal. (FERREIRA; PEREIRA, 2012).

Em relação à perspectiva de gestão democrática liberal são expressivas as seguintes passagens: a) cada coordenação da secretaria em seu setor “vai monitorando e fazendo as ações que são necessárias para assessorar as escolas”; b) “o Fundo Municipal de Educação tem um formulário bem extenso; [...] este trabalho envolve as coordenadoras pedagógicas, a parte administrativa e os diretores, em questões específicas se traz representantes [...], seria difícil até estender o envolvimento e participação da escola”. Nos comentários, se sobressai o mecanismo da representação, cercado pela assessoria e tutela da equipe da secretaria de educação, constituindo um quadro de gestão democrática liberal, que pode enfraquecer o ideal participativo que emergiu dos documentos.

Observe-se que o uso da representação aparece justificado na fala de uma das entrevistadas como impossibilidade da participação direta que, para Santos e

Avritzer (2002), constitui-se em pretexto para desqualificar o processo da participação dos agentes sociais envolvidos no processo educacional, argumento ao qual nos aliamos.

Em contraposição, emergiu dos discursos significações condizentes à democracia participativa: a) “Eu tenho certeza que nosso diretor nunca tomaria uma decisão sozinho. Ele vai conversar com os professores, [...] vai conversar com a Associação de Pais e Professores. Isso é como funciona nossa rede hoje”; b) “[...] temos eleição de diretores também...”; c) “...se você constrói as coisas no coletivo, todos vão participar, alunos, serventes, os professores, os pais”. Discussão, participação, decisão coletiva são sentidos que podem ser extraídos das falas destacadas. Se postas em prática, podem fortalecer a democracia emancipadora. (FERREIRA; PEREIRA, 2012).

Em síntese, dos documentos e falas dos gestores da secretaria de educação B emergem dados contraditórios, na medida em que nos primeiros destaca-se a perspectiva de gestão democrática participativa, enfraquecida nos discursos de seus representantes pela ênfase no enfoque democrático liberal. O quadro contraditório evidenciado confirma-se no contexto das escolas pesquisadas pertencentes ao sistema municipal em discussão. Do PPP e RE das escolas apreende-se a predominância de referências pertinentes à gestão democrática participativa, no entanto, professores e gestores escolares, em suas concepções de gestão, conhecimento e participação na elaboração dos documentos mencionados, revelam saberes e ações que se situam no marco teórico da abordagem democrática liberal.

Os dados das escolas, primordialmente, no que se refere ao PPP e RE merecem destaque em vista das contradições constatadas entre o propósito desses documentos e o que nos revelaram, em particular, os professores quanto ao processo de suas construções. Então, vejamos.

Os professores das escolas pesquisadas, nos dois sistemas de ensino em questão, denunciam que a prática da participação no processo de elaboração dos documentos em destaque não se concretiza. Revelam isso ao demonstrar desconhecimento de seus conteúdos, ao apontar a elaboração cartorial dos mesmos, que prescindem de suas participações e, por conseguinte, os dispensam dos seus processos de elaboração e avaliação.

Os pais e alunos, a exemplo dos professores, denunciam em suas falas, entre outros aspectos não menos importantes, a baixa participação, para não dizer inexistente, nas instâncias da escola, especialmente na elaboração/avaliação do PPP/RE. Além

disso, a partir de suas falas se pôde constatar que o Conselho Escolar, o Conselho de Classe participativo e o Grêmio Estudantil não constituem presenças no contexto das escolas.

No caso do Conselho Escolar, pela sua inexistência nas escolas, não se pode afirmar que o objetivo de acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a oferta da educação pela escola mostra-se inoperante no que diz respeito à participação emancipatória. Dada a sua inexistência, não se pode, no caso das escolas dos sistemas municipais de ensino em pauta, considerar que os conselhos escolares, como estratégia de descentralização e participação, têm tido avanço mais extensivo-quantitativo do que intensivo-qualitativo. Isto é, têm servido mais para fortalecer a centralização e a burocracia do que oportunizar o “aprofundamento de socialização política e econômica capaz de dotar as unidades de base de melhores condições para assumir novas atribuições de forma continuada”. (MARTORANO, 2011, p. 163).

Como diz Santos (2009), qualquer experiência alternativa contra-hegemônica torna-se cada vez mais crível no contexto social mais amplo na medida em que “conquista mais adeptos dispostos a renová-la e ampliá-la, em suma, amplia seu auditório”. (p. 343).

Dissemos em outra oportunidade, que no cenário dos sistemas municipais de ensino pesquisados e suas escolas, haveria a necessidade e seria recomendável empreender a discussão dos dados por nós evidenciados, de modo a possibilitar, de um lado, que os participantes da pesquisa se posicionassem sobre nossas interpretações. De outro, que em conjunto, pudéssemos refletir sobre os significados dos conhecimentos produzidos e suas implicações para a gestão educacional nos contextos investigados.

Essa recomendação nós a concretizamos no processo da pesquisa, tanto no que se refere à análise dos documentos em nível das secretarias municipais de educação dos sistemas de ensino A e B e suas escolas, como no que concerne à análise das entrevistas com os gestores dos sistemas e de suas escolas, com os professores, inclusive, com os alunos e pais. Além disso, promovemos um seminário com as equipes gestoras das secretarias de educação e das escolas dos dois sistemas de ensino, em que apresentamos e discutimos os resultados obtidos no processo global do projeto mencionado na introdução deste trabalho. No atual momento, estamos processando os dados que emergiram deste evento, como forma de ampliar nossas interpretações e, quem sabe, encaminhar novas discussões e futuras investigações.

Afinal, os dados de que dispomos nos sugerem de que a desresponsabilização do Estado das “suas funções sociais implementada pelas estratégias da descentralização e privatização das políticas sociais” (DURIGUETTO, 2007, p. 225), seja tema de debate permanente como tática objetiva de resistência às práticas que ameaçam a garantia dos direitos civis, políticos e sociais conquistados e a ampliação deles.

Para finalizar...

O dilema que envolve a participação na gestão escolar, no caso específico deste trabalho, de alunos e pais, constitui-se reflexo da política dos sistemas de educação nos quais as escolas pesquisadas se inserem que, por sua vez, estão atrelados à política nacional para a educação, impulsionada pelas pressões de organismos internacionais, que restringem a participação ao desenvolvimento de procedimentos (gerencialismo burocrático) para alcançar objetivos que têm em vista.

Por força de tais pressões, as políticas de educação atuais em desenvolvimento no Brasil têm se caracterizado pela ambiguidade entre centralização e descentralização. De um lado, se centraliza currículo, avaliação e formação. De outro, se descentraliza o procedimento e a forma para a operacionalização de objetivos estabelecidos pelo sistema, configurando-se, como designa Gorostiaga (2010, p. 261), uma “descentralização de decisões de tipo técnico-operacional”, implementada à base da delegação de funções para cumprir objetivos centralmente determinados, da participação social como forma de controle e de uma educação atrelada às exigências do mercado internacional.

Confirma-se, desse modo, a ideia de que se precisa pesquisar e pensar as políticas públicas locais para além do território a que estão circunscritas, a fim de que se possam compreender as determinações demandadas pelo contexto regional, nacional e mundial.

Tais evidências são indicações fortes para se pensar que as escolas pesquisadas se ressentem de práticas democráticas de gestão, primordialmente, participativas, fortalecendo o disfarce descentralizador do projeto neoliberal para a educação, que Apple (2005) nos convoca a compreender e denunciar para propor alternativas contra-hegemônicas. Não sem antes identificar as experiências alternativas que vêm sendo desenvolvidas no contexto particular das unidades escolares, que por serem isoladas,

não se constituem em movimentos capazes de fragilizar a lógica neoliberalizante. Por isso, precisam ser divulgadas, socializadas e discutidas.

Pensar nos espaços de participação que se têm, em particular de pais e alunos, e refletir como se apresentam e quais os que se precisam abrir ou reinventar, é urgente. Na busca das possibilidades e na percepção dos desafios a enfrentar, é possível que percebamos nossas condições para intervir. Não para dizer que não as temos, mas para que nos mobilizemos em torno do fortalecimento das que dispomos e nos organizemos para construir, no coletivo, as que se fizerem necessárias. Acreditamos que essa é uma possibilidade para reinventar a participação e a autonomia como conquista, que fundamente a gestão de uma educação, cuja qualidade não seja apenas substantiva, mas, principalmente, adjetiva: a educação democrática, plural e participativa.

Nesse sentido, cabe registrar o questionamento propositivo de Apple (2005) para avançarmos na reconstituição de uma esfera pública nos espaços sociais em que nos movimentamos, especialmente, o educacional. Ei-lo: não seria oportuno e necessário manter a reflexão crítica continuada sobre nossos conceitos de “coletivo”, a fim de construirmos “múltiplos movimentos que desafiam os impulsos neoliberais, neoconservadores e neogerenciais” (Apple, 2005, p. 90), que subjazem as reformas na área da educação, entre outras, implementadas no mundo inteiro?

Pensemos nisso!

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. (2005). *Para além da lógica de mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: DP&A.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BORDENAVE, Juan E. Dias. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. *Lei nº 5692/1971*. Dispõe sobre o ensino de 1º e 1º graus. Brasília: MEC, 1971.

_____. *Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação*. Brasília: MEC/SEB/Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2004. Disponível: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf. Acesso: 19/04/2013.

_____. *Resolução nº 4/2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2010.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. DEMO, P. *Pobreza política*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DURIGUETTO, M. L. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

FERREIRA, Mileidi, F. T.; PEREIRA, Antonio S. Gestão democrática de um município catarinense: democracia participativa? Anais do 1º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense, SICT-SUL, IF-SC, Campus Criciúma/SC, *Revista Técnico-Científica do IF-SC*, Edição Especial, v. 3, n. 1, 2012, p. 587-595. Disponível: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/461> Acesso: 14/04/2013. Acesso: 20/03/2013.

_____. A participação na gestão da escola sob o olhar dos alunos *Anais 3º SICT-SUL*. Sombrio, SC, SICT-SUL, 2014. Disponível: <http://www.criciuma.ifsc.edu.br/sict-sul/images/ANAIS%20SICTSUL2014.pdf>. Acesso: 20/06/2015

FONSÊCA, Priscila. M; PEREIRA, Antonio. S. Gestão democrática nas escolas públicas de um município catarinense: o que expressam documentos, professores e gestores. *5º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 2º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação*. Canoas, RS: Programa de Pós-graduação-ULBRA e Programa de Pós-graduação-UFRGS, 2013.

_____. Gestão democrática escolar: a participação na visão dos pais. *Anais 3º SICT-SUL*. Sombrio, SC, SICT-SUL, 2014. Disponível: <http://www.criciuma.ifsc.edu.br/sict-sul/images/ANAIS%20SICTSUL2014.pdf>. Acesso: 20/06/2015.

GOROSTIAGA, J. M. Participación y gestión escolar en Argentina y Brasil: una comparación de políticas subnacionales. *RBPAAE*, v. 27, nº 2, 249-264, mai/ago, 2011.

LELES, Maura A.. *A participação dos estudantes na gestão da escola*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação).

LORENZONI, Rosilâne L.; REMPEL, Terezinha L.; CARGNIN, Elisane S., *et al.* *Conselho de classe participativo: uma experiência de participação democrática na escola*, 2009. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cianorte/arquivos/File/PEDAGOGAS/CONSELHO/ConselhodeClasseparticipativo.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

LÜCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARQUES, Luciana R. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, vol. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr., 2008.

MARTORANO, L. C. *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MELO, Maria T. L. Gestão Educacional: os desafios do cotidiano escolar. In: FERREIRA, Naura S. C. e AGUIAR, Márcia A. S. (org). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2004.

PARO, Vitor H. *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã, 1995.

PEREIRA, Antonio. S.; SERAFIN, Elaine. C. B.; CANCELLIER, Mariana. R. Gestão democrática nos sistemas municipais de ensino do extremo sul catarinense: possibilidades. *Anais do V Simpósio Internacional e VII Fórum Nacional de Educação*. Torres/RS: ULBRA, 2012, p. 1-11. Disponível em: <http://www.forum.ulbratorres.com.br>. Acesso: 18/04/2013.

PEREIRA, Antonio S. Gestão democrática da educação: para além do local/regional. *VIII Jornadas de Sociología de la UNLP*. La Plata, Argentina, UNLP, 2014. Disponível: <http://jornadassociologia.fahce.unlp.edu.ar>. Acesso: 29/05/2015.

SANTA CATARINA. *Entidades de gestão democrática escolar: diretrizes 4*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 2008.

SANTOS, Boaventura S.; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura. S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Sidney. Democracia, estado e educação: uma contraposição entre tendências. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, RBPAE, v. 26, nº 1, jan./abr., 2010, p. 31-54.